

O ecossistema de comunicação em comunidades de pescadores artesanais no Espírito Santo, Brasil: Desafios e potências para a promoção de uma comunicação comunitária.

Liliane Ramos, Isis Drummond de Abreu y Rosângela Pinto Rezende Sette.

Cita:

Liliane Ramos, Isis Drummond de Abreu y Rosângela Pinto Rezende Sette (2019). *O ecossistema de comunicação em comunidades de pescadores artesanais no Espírito Santo, Brasil: Desafios e potências para a promoção de uma comunicação comunitária*. XXXII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Lima.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-030/238>



O ecossistema de comunicação em comunidades de pescadores artesanais no Espírito Santo, Brasil: Desafios e potências para a promoção de uma comunicação comunitária

Liliane Ramos¹
Isis Drummond de Abreu²
Rosângela Pinto Rezende Sette³

Resumo

Apresenta e analisa o ecossistema comunicacional de comunidades de pescadores artesanais localizadas na região centro-norte do estado do Espírito Santo, no Brasil. A partir da organização desses sujeitos em comunidades, com sentimento de pertença e uma vida em comum (Peruzzo, 2011, 2012), buscou-se identificar, especificamente, as formas e meios de comunicação utilizados intra e extra comunidade, particularizando aqueles utilizados para expressão e intercâmbio de conhecimentos e práticas relacionados ao seu modo de vida. Para tanto, foi realizada uma pesquisa de campo com abordagem etnográfica e técnica de observação participante, com acesso a pescadores e seus familiares, entre novembro de 2018 e junho de 2019. As 18 comunidades foram selecionadas por fazerem parte do território de atuação do projeto de educação ambiental Redes de Cidadania. A partir da experiência de campo, promove-se o debate acerca dos desafios e potências do contexto identificado no sentido de promover uma comunicação comunitária, que compartilha seus próprios códigos e pode ser mobilizada para atingir os interesses da própria comunidade e suprir necessidades de sobrevivência e participação política, atuando como um elemento integrador, mobilizador e amplificador da visibilidade do grupo.

Palavras-chave

Comunicação comunitária, cibercultura, perca artesanal, pesca marítima.

Introdução

Este trabalho se deu no âmbito do projeto de extensão Redes de Cidadania, executado pela Universidade Vila Velha, no estado do Espírito Santo (Brasil), a partir de um convênio com a Petrobras, empresa de capital misto e principal exploradora de petróleo e gás no país. O projeto foi elaborado a partir da demanda de compensação ambiental dentro do processo de licenciamento ambiental conduzido pelo Instituto Brasileiro do meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Seu escopo abarca 18 comunidades com aproximadamente 500 pescadores artesanais e marisqueiras,



distribuídas por sete municípios da costa centro-norte do Espírito Santo, em uma região litorânea que se entende por 250 km, desde o município de Vila Velha até o município de Conceição da Barra. O objetivo do projeto é capacitar pescadores artesanais, marisqueiras e seus familiares da região definida para o exercício da cidadania com foco em três temas: a educação ambiental, o letramento digital e a economia solidária.

As atividades de pesca artesanal marítima são praticadas no Brasil desde tempos anteriores à chegada dos portugueses, em 1500 (Diegues, 2004). Entretanto, embora guardem características de populações tradicionais (Pereira, Diegues, 2010), não podem ser vistas como coletivos a-históricos: passaram e seguem passando por transformações ao longo dos anos, em geral a partir da emergência de uma nova racionalidade, capitalista, que põe em questão diferentes aspectos de seu modo de vida (Diegues, 2004).

Correntemente, a pesca artesanal pode ser caracterizada pelo trabalho de características familiares, baixo poder de predação e área de captura de pescado restrita, produção e reparo de petrechos utilizados na atividade e uma relação de troca que ultrapassa a relação puramente mercantil (Diegues, 1996). Também é marcada pela constituição do conhecimento prático a partir do domínio do mar, do prazer e do saber fazer (Diegues, 2004), com a transmissão oral de conhecimento de uma geração a outra, de forma empírica no contato com as técnicas de elaboração e manutenção de petrechos, com as marés e com a transmissão da cartografia mental das áreas de pesca dos pescadores mais antigos para os mais jovens. Pelo fato de a inserção na atividade dar-se na juventude, há pouco contato com a educação formal, e, quando há, está restrito aos níveis mais básicos.

Mais do que atividade econômica, a pesca artesanal delinea um modo de vida que entrelaça de forma o trabalho quanto ao tempo livre, fazendo com que um não sobrevoa sem o outro, como salienta Ramalho (2015). Os momentos de lazer são algo “tão importantes quanto ir à água para efetivar o saber-fazer pesqueiro artesanal” e “tais tempos são elos indissolúveis para os pescadores, que se expressam numa gestão peculiar de sua vida, trabalho e lazer” (Ramalho, 2015). Como populações tradicionais, os pescadores artesanais e as marisqueiras prezam ainda por uma ampla fixação nos espaços e a utilização de seus recursos naturais a partir de um sistema de regras, mitos e conhecimentos. Os seus modos de produção não se enquadram completamente aos



padrões da sociedade urbano industrial, e podem ser caracterizados em parte como subsistência (Pereira, Diegues, 2010).

Este paper debruça-se particularmente sobre os desafios do projeto Redes de Cidadania voltados ao tema do letramento digital, a partir do qual pretende-se, com a participação ativa dos membros das comunidades, facilitar o surgimento de espaços virtuais de empoderamento coletivo e de mudança, em que a comunidade amplie sua formação cidadã, produza e divulgue conhecimento sobre suas atividades, auxiliando no alcance seus objetivos de forma autônoma. Como etapa prévia à incursão em campo para promoção de atividades de formação voltadas para este tema, buscou-se identificar o ecossistema comunicacional das comunidades de pescadores artesanais participantes do projeto, no intuito de compreender suas principais formas de acesso à informação, e também os meios utilizados por eles para a auto-expressão e para a divulgação de conhecimentos e práticas relacionados ao seu modo de vida.

Serão apresentados neste trabalho os resultados desta primeira fase de pesquisa exploratória, por meio do relato dos dados de dois levantamentos realizados entre novembro de 2018 e março de 2019. Os dados serão discutidos a partir dos conceitos de comunicação comunitária e cibercultura, que serão brevemente apresentados.

Para o levantamento dos meios de comunicação utilizados para informação pelos sujeitos de pesquisa, foi realizada uma sondagem, entre os meses de outubro e novembro de 2018, nas reuniões dos chamados Grupo de Ação Cidadã, constituídos por lideranças formais e informais das comunidades, com a participação de pescadores artesanais, marisqueiras e seus familiares. Foram obtidas 94 respostas de membros de 10 comunidades, representantes dos sete municípios incluídos no projeto - localidades onde houve a reunião dos Grupos de Ação Cidadã no período. Optou-se pela realização da sondagem no momento das reuniões pelo acesso facilitado aos sujeitos de pesquisa, e ainda devido à identificação, a partir de observação participante no campo do projeto, da necessidade de auxílio na resposta às questões. Para tanto, foram apresentados painéis com os principais veículos de comunicação nacionais, regionais e locais, identificados por seus logotipos e nomes e divididos por mídia, a saber: televisiva, radiofônica, jornal impresso, jornal online e redes sociais.

O segundo levantamento teve o objetivo de identificar se e de que forma os sujeitos pesquisados se apropriavam das ferramentas de comunicação digital para expressão e



intercâmbio de conhecimentos e práticas relacionados ao seu modo de vida, em um exercício político de dar voz a demandas comunitárias. Neste intento, foi realizada uma pesquisa por meio de mecanismos de busca na web e na rede social Facebook, nos meses de fevereiro e março de 2019.

Comunicação comunitária e cibercultura

Ainda que não seja a única forma estruturante das sociedades contemporâneas, a midiática é uma significativa marca das sociedades pós-industriais, como reforça Denise Cogo (2004), lembrando Eliseo Verón. Nesta visão, as mídias transformam as práticas sociais nos âmbitos institucional, nas tomadas de decisão e nos hábitos de consumo. Para Cogo, as mídias tornam-se matrizes configuradoras de identidades culturais em que são capazes de atribuir visibilidade a ações de campos sociais e instituições outros, assegurando os modos próprios de existência destes campos e estruturando realidades pertinentes a eles. O cenário midiático ganha força com o incremento das tecnologias da informação e comunicação (TIC), que intensifica “contatos, conexões e intercâmbios entre culturas, favorecidos pelas múltiplas redes globais e pela aceleração dos processos migratórios no marco dessas redes”. Como consequência, vemos a emergência e afirmação de múltiplas identidades a partir do crescente publicização da vida privada, baseada em formas e estratégias inerentes ao discurso midiático.

No contexto de sociedade midiática, a comunicação comunitária, também chamada de comunicação participativa, popular ou cidadã, pode ser pensada, como propõe Peruzzo (2012), a partir da perspectiva dos modelos de desenvolvimento das comunicações. Neste sentido, como argumenta, trata-se de uma forma de comunicação que se opõe ao modelo difusionista de conhecimento, em que a comunicação é tomada como um processo linear, utilizada para a difusão de inovações com vista à modernização de sociedades tidas como atrasadas, a partir da inclusão de tecnologias e mudanças de hábitos culturais. O paradigma da modernização estaria diretamente relacionado à busca por maiores lucros e expansão econômica, em uma lógica capitalista que privilegiariam a produção e o consumismo de produtos industrializados, em detrimento dos modos de vida artesanais e familiares. Como contraponto, a comunicação participativa critica a ideia do desenvolvimento de comunicação como progresso e desloca o foco para a comunicação para a cidadania. Busca, assim, uma visão de comunicação como processo em benefício da ampliação da cidadania,



construída pelos próprios cidadãos em sua interação com as outras forças constitutivas da sociedade.

A visão participativa de desenvolvimento da comunicação toma como “progresso” a promoção da igualdade no acesso à riqueza e o crescimento integral da pessoa e de todos (Peruzzo, 2012), a partir da mudança social. Tratar de comunicação comunitária, nesta abordagem, pressupõem atualizar a visão de “popular”, como sugere Cogo (2004), entendendo-a “não como uma essência a priori, mas como configuração de estratégias instáveis, diversas e, algumas vezes, ambivalentes, com que os próprios setores populares e/ou movimentos sociais constroem seus posicionamentos na sociedade”. Neste caso, Peruzzo (2011, 2012) afirma que a ênfase está no processo, mais que no produto, com a imposição da necessidade pensar a comunicação em um processo organizativo comunitário, de orientação coletiva, orientado para a produção de conhecimento e informação partir dos interesses dos grupos envolvidos. Neste exercício de cidadania, a comunicação, como processo, caracteriza-se por pertencer à comunidade, não ter fins lucrativos, ter como protagonistas e emissores do discurso os próprios membros das comunidades, ser fortemente conectada à realidade local e portadora de uma agenda de mobilização crítica e propositiva, a partir de redes locais dentro da própria comunidade e para além dela. A comunicação comunitária mostra, assim, um caráter educativo, voltado para a tomada de consciência política sobre uma realidade, com o objetivo de melhorar as condições de existência de populações em condições de vulnerabilidade social.

Pensando um ecossistema de comunicação, composto por formas midiáticas massivas e interpessoais, a comunicação comunitária não substitui os conteúdos informativos dos veículos de comunicação hegemônicos: seu caráter alternativo se deve à capacidade de explorar pautas que não possuem visibilidade na mídia privada e na pública estatal. Ao longo do tempo, assim como as mídias convencionais, as iniciativas de comunicação comunitária incorporaram as tecnologias de radiodifusão e as digitais, por meio da internet (Peruzzo, 2011). Entretanto, apesar de haver um crescente uso da internet para fins de comunicação popular, no que diz respeito à apropriação dos meios digitais para o exercício da cidadania, em uma articulação da comunicação comunitária com a cibercultura, os desafios no Brasil ainda são complexos.

De acordo com o último levantamento do Comitê Gestor da Internet no Brasil, realizado em 2018 e publicado em 2019 pelo Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR⁴,



apesar de ter havido uma expansão de 39%, em 2009, para 70% dos domicílios, em 2018, com conexão à internet, essa expansão não é uniforme, apresentando desigualdades regionais no acesso e no uso da rede digital, especialmente entre as áreas urbanas e rurais e de acordo com as diferentes classes sociais. Entre as classes sociais D e E, estratos econômicos mais baixos da população e realidade da maior parte dos sujeitos desta pesquisa, apenas 40% dos domicílios e 48% dos indivíduos estavam conectados à internet em 2018. Ainda que baixo, este número representa um avanço de 10 pontos percentuais com relação aos dados de acesso domiciliar de 2017.

Um dos principais destaques deste estudo é o uso dominante da internet pelo telefone celular. Quase a totalidade dos usuários de internet do Brasil utilizou a rede pelo celular em 2018 (97%) e mais da metade (56%) se conectou exclusivamente pelo celular. Esta realidade é ainda mais presente nas classes D e E, de escolaridade e renda baixas e de áreas rurais. Nestes casos, 76% das pessoas usam internet para realizaram atividades no telefone celular, como o uso de redes sociais, acesso a páginas ou sites, envio de mensagens instantâneas por aplicativos, entre outras.

Mesmo com estes dados, os analistas do Comitê Gestor da Internet no Brasil alertam que é necessário buscar um olhar ampliado para o processo de inclusão digital. O acesso é apenas o primeiro passo deste processo, mas é fundamental que se considere as disparidades ainda presentes com relação ao uso e às habilidades digitais. Para eles, em o cenário assimetria da relação com os meios digitais cria também disparidades capacidade do indivíduo em criar e tratar informações e de transformá-las em conhecimentos que são requeridos por novos paradigmas da economia digital. Neste contexto, as classes de mais baixa renda e escolaridade estão desfavorecidas, demonstrando uso mais limitado e menos diversificado da Internet.

É o que reforça Fuser (2004), ao afirmar que, mesmo que já sejam constitutivas da nova esfera pública, as tecnologias digitais não necessariamente significam novas formas de participação cidadã. Ele critica a ênfase dada ao aprendizado técnico nos processos que se propõem a usar de inclusão digital para inclusão social, em detrimento do reforço dos processos cognitivos questionadores e do enriquecimento técnico, cultural, social e intelectual dos indivíduos ou grupos, com a produção de conteúdo e conhecimento desde uma perspectiva interna a suas realidades. Fuser retoma Sabbatini para destacar que a conexão às redes digitais não é essencialmente democrática e libertadora, tendo



que, para atingir esse fim, passar pela reflexão sobre “os mecanismos e infra-estruturas sociais de sua utilização e o entendimento pleno de o que significa a tecnologia, para que se quer utilizar e quem se beneficiará dela”.

Peruzzo (2011) alerta para o custo social do não empoderamento coletivo das tecnologias de comunicação e informação (TIC): significa atraso na implementação de alternativas duráveis de comunicação comunitária e na transformação da realidade local. Ela argumenta a favor do uso das TIC para potencializar uma comunicação “bidirecional e de múltiplas fontes abertas que favorecem a retomada crescente de iniciativas comunitárias e alternativas de comunicação”, a partir da efetiva apropriação destes meios pelas pessoas de baixo poder aquisitivo e suas organizações sociais que vivem ou atuam em regiões periféricas das cidades, ou no campo, em uma dinâmica social integrada com as lutas presenciais em suas diversas formas de organização. De fato, Peruzzo aponta para as manifestações já amplamente identificáveis deste movimento, por meio de páginas virtuais, comunidades virtuais e plataformas interativas, experiências de webtv, webradio comunitários, blogs, perfis em redes sociais, podcast, entre outros. Almeida e Henriques (2019) adicionam que os processos antes restritos à indústria cultural tornaram-se permeáveis, permitindo que grupos em desvantagem e movimentos sociais se apropriem das possibilidades tecnológicas “para produzir práticas críticas e reflexivas, agindo estrategicamente nas mídias e pelas mídias”, para ampliar sua visibilidade, expressividade e legitimidade pública e disputar o campo dos valores e dos elementos simbólicos.

Como base para compreensão desta aproximação da comunicação comunitária com as TIC, Peruzzo (2012) se apóia em González para propor a utilização do conceito de cibercultura. Cibercultura aqui é tido como “como processo coletivo de auto-organização”, a partir da construção da cultura de informação, da comunicação e do conhecimento “com vistas a criar condições para a transformação social”. Nesta concepção, a construção da cibercultura pressupõe redesenhar uma atitude perante o mundo “de baixo para cima”, operando as tecnologias para romper a dependência tecnológica e desenvolvendo sistemas próprios de comunicação e informação para “gerar respostas de conhecimento frente a problemas concretos e significativos”, como migração, pobreza, desemprego, violência, deterioração ambiental, entre outros. A hipótese proposta por Peruzzo é que, ao assumir a cibercultura como práxis teórico e prática, a comunicação comunitária poderia configurar “processos organizativos



autogestionários de alta conectividade tendo em vista a construção de uma nova sociedade”.

Pesca artesanal no centro-norte do Espírito Santo, meios de comunicação e cibercultura

Entender a relação dos pescadores artesanais, marisqueiras e seus familiares com os meios de comunicação conforme definido neste levantamento preliminar foi importante para compreender dois aspectos relevantes apontados pelos autores aqui discutidos. Primeiro, como apontado por Cobo (2004) e Peruzzo (2011, 2012), é relevante identificar por que meios e veículos eles se informam, partindo da ideia de que os media como um dos pilares estruturantes da realidade pertinentes a eles, capazes de configurar identidades culturais e interferir na relação de visibilidade e credibilidade de atores sociais e instituições. Segundo, particularizando a dimensão do letramento digital, importou também levantar as manifestações existentes, no contexto da internet, que indicassem sinais do que entendemos como comunicação comunitária, com processos coletivos de ação crítica estrategicamente auto-organizada, com a construção de informação e conhecimento com vistas a criar condições para a transformação social.

O levantamento dos meios e veículos de comunicação utilizados para informação foi realizado nas reuniões dos Grupos de Ação Cidadã, em novembro de 2018. Dessas reuniões, realizadas em 10 comunidades, do município de Vila Velha ao município de Linhares, participaram lideranças formais e informais das comunidades de pescadores locais, com o objetivo de receber informações e tomar decisões, coletivamente, acerca de atividades do projeto. O perfil dos respondentes, portanto, é influenciado por este recorte. De um universo total estimado de 500 pescadores, marisqueiras e familiares na região, 94 responderam a este levantamento. De início, a partir da participação em reuniões prévias com estes grupos, identificou-se um a presença de analfabetismo e de pouca fluência para leitura e escrita, com pouca presença de sujeitos jovens, com menos de 25 anos, e de mulheres, e presença de pessoas idosas, lideranças por vezes informais legitimadas pelas comunidades. Por isso, o levantamento foi feito utilizando-se um instrumento visual, em que os veículos de comunicação, organizados por media, foram apresentados com suas logomarcas. Os sujeitos indicavam e marcavam, com um adesivo, aqueles que utilizavam em seu dia a dia, podendo escolher livremente quantos fossem pertinentes a questão. Os pesquisadores e agentes de campo do projeto



auxiliavam na explicação da dinâmica de preenchimento e na leitura dos nomes dos meios de comunicação, se necessário. O gráfico 1 apresenta os resultados deste levantamento.

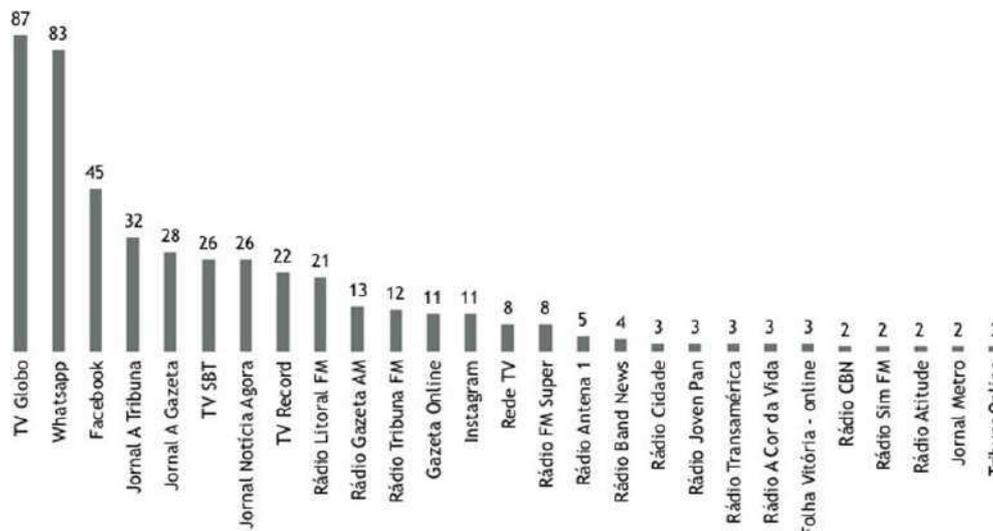


Gráfico 1. Veículos de comunicação utilizados pelos pescadores artesanais, marisqueiras e familiares.

Como se nota, a TV Globo, emissora de televisão de sinal aberto, líder em audiência no Brasil, foi o veículo de comunicação mais utilizado pelos entrevistados. Este dado está em linha com os achados do relatório de 2019 Digital News⁵, publicado a partir de pesquisa global do Instituto Reuters para o Jornalismo, da Universidade de Oxford (Newman et al, 2019). Segundo este estudo, a amostra brasileira indica que 73% da população de informa por meio televisivo, mídia que se mantém estável em segundo lugar como fonte de informação nos últimos seis anos no país, apesar da predominância dos meios digitais online. Cabe salientar que alguns dos sujeitos que assinalaram esta opção na pesquisa relataram ser este o único canal de TV disponível em suas regiões, portanto, neste caso, assistiriam à TV globo por “falta de opção”.

Em segundo lugar, também com uma presença expressiva entre os entrevistados, está o aplicativo de troca de mensagens privadas Whatsapp. Este resultado reforça o achado da pesquisa do Comitê Gestor da Internet no Brasil (2019), indicando que esta é a forma mais freqüente e por vez única de interação dos sujeitos com o meio digital, voltado para a comunicação interpessoal de forma individual ou em grupos. Em terceiro lugar, de forma menos relevante, aparece a rede social Facebook. Entretanto, neste caso, muitos dos entrevistados também relatavam apenas estar presentes na rede, sem fazer uso



frequente de suas funcionalidades, por “saber como mexer” ou por não se identificarem com a dinâmica da rede. Neste contexto, vemos a realidade apontada pelo Comitê Gestor da Internet do Brasil: apesar de conectados, os sujeitos ainda possuem uma experiência digital bastante simplificada, baseada fortemente na troca de mensagens, e visualização de informações em redes sociais.

Entre os dez veículos mais utilizados pelos pescadores artesanais marisqueiras e familiares (no gráfico 1, antes da linha tracejada), aparecem ainda os três maiores jornais impressos do Estado do Espírito Santo, com destaque para A Tribuna, jornal de maior circulação regional. São citadas também as emissoras de TV SBT e Record, respectivamente terceiro e segundo lugares em audiência no Brasil, que possuem conteúdo de natureza mais popularesca e programas de jornalismo do tipo sensacionalista. Alguns sujeitos relataram que, quando disponíveis, preferem estes canais à TV Globo. Emissoras de rádio são relacionadas entre os 10 primeiros lugares, com destaque para as emissoras Litoral FM e Gazeta AM. A Litoral FM é uma rádio focada em entretenimento, com conteúdo noticioso voltado para agenda cultural e “celebridades” brasileiras. A rádio Gazeta AM também tem grande parte do conteúdo voltado para o entretenimento, com mais presença de notícias hard news. Os sujeitos relataram ouvir a rádio do tipo AM principalmente quando estão no mar, embarcados, por esta ser uma emissora de ondas de baixa frequência, com maior alcance. Vale ressaltar, por fim, que uma opção “outros” estava disponível na pesquisa para apontamento de possíveis outros meios e veículos que não estivessem relacionados, opção não utilizada pelos pesquisados. Houve casos também de sujeitos que se negaram a responder a pesquisa e outros dois casos que disseram não utilizar qualquer veículo de comunicação.

No que diz respeito à utilização dos meios digitais para a comunicação comunitária, realizou-se, nos meses de fevereiro e março de 2019, uma pesquisa exploratória para a identificação de manifestações digitais aproximadas ao conceito de comunicação comunitária. Para tanto, foram realizadas buscas por meio do mecanismo de busca Google⁶, e dos mecanismos de busca das redes sociais Facebook e Instagram, com o intuito de identificar páginas, blogs e perfis em redes sociais que pudessem alinhados aos objetivos traçados. Foram utilizadas, para estas buscas, as palavras-chave associação de pescadores, colônia de pescadores, comunidade de pescadores, nome da comunidade e pescadores, nome do município e pescadores, utilizando o nome das



18 comunidades foco e dos 7 municípios foco⁷. Foram consideradas para análise todas as manifestações que tivessem como temática os conhecimentos e práticas relacionados ao modo de vida da pesca artesanal. Essas manifestações, identificadas por seus endereços eletrônicos, foram descritas pelo tipo de ocorrência (blog, sites, perfis em redes sociais), pelo município e comunidade com que se identificam, pela instituição mantenedora, pelo tipo de conteúdo postado e pela frequência de atualização.

Anexo 1: Tabela 1

De acordo com esses critérios, foram encontrados dois blogs e 4 perfis no Facebook identificados com colônias ou associações de pescadores artesanais; 1 perfil de localização no Facebook identificado com colônia de pescadores, 2 perfis no Facebook que abordam a temática da pesca artesanal, mas identificados com associações de moradores; e 4 páginas identificadas com comunidades de pescadores artesanais do município de Linhares, sem identificação de mantenedores.

Os dois blogs encontrados são assinados por auto-identificadas lideranças formais das comunidades de pescadores artesanais. Um deles, da comunidade de Guriri, no município de São Mateus, é assinado por Maria da Glória, que se identifica no texto como “a primeira presidente da colônia de pescadores de Guriri eleita de forma de direta”. Este blog, contudo, possui apenas uma postagem, de janeiro de 2010, que discorre sobre a história da colônia de pescadores e da fundação da ASPEG - Associação de Pescadores de Guriri. O outro blog apresenta situação semelhante. Criado em março de 2011, tem a autoria declarada de Nego da Pesca, que se identifica como pescador, presidente da associação de pescadores da comunidade de Jacaraípe, no município de Serra, e presidente da Federação das Associações de Pescadores Artesanais e Aquicultores do Estado do Espírito Santo. As postagens, interrompidas em março de 2011, tratam de reivindicações dos pescadores, de obras entregues pelos órgãos públicos a partir de reivindicações da comunidade e de notícias sobre projetos dos pescadores.

Dois dos perfis na rede social Facebook também mostram-se desatualizados ou nem mesmo ativados. O perfil da colônia de pescadores do município de Conceição da Barra apresenta apenas uma postagem, relacionada à divulgação de uma festa local, realizada em junho de 2018. Em outro, da associação de pescadores da comunidade de Santa Cruz, no município de Aracruz, não há qualquer postagem. Um terceiro perfil,



atribuído à Associação de Pescadores da comunidade da Prainha, em Vila Velha, havia tido sua última atualização em dezembro de 2018, com toda a atividade da página voltada para fins comerciais, com anúncios de vendas de pescados contendo foto e preço. Nas informações sobre o perfil, a associação se posiciona como empresa, com a missão de “oferecer e incentivar o consumo de produtos para uma alimentação equilibrada por meio da qualidade, variedade e segurança alimentar, com agilidade, bom atendimento e preço justo”. Há também uma página com postagens que marcaram a localização da colônia de pescadores da Praia do Suá, em Vitória, sem atualizações frequentes ou temática definida.

Apenas um dos perfis do Facebook, atribuído à Ampacs - Associação de Pescadores Assemelhados e Comerciantes de Barra Seca, no município de Linhares, apresenta atividade frequente. As postagens discorrem sobre reuniões na comunidade com representantes de órgãos governamentais, políticos, projetos atuantes na região, reivindicações dos pescadores, manifestações de repúdio, entre outros temas relacionados à comunidade. As postagens têm tom pessoal e são feitas em primeira pessoa, apesar de o autor não se identificar no perfil. Apesar da atividade frequente do perfil, heii apenas 12 seguidores na página e não há curtidas ou comentários na maioria das postagens.

Em duas localidades, Bicanga, em Serra, e Barra do Riacho, em Aracruz, os perfis das associações de moradores locais tratam, esporadicamente, de temas relacionados às demandas dos pescadores artesanais. As páginas tinham, no momento desta pesquisa, respectivamente, 445 e 673 seguidores e abordavam temas como “informativos sobre a região com intuito de melhorar a qualidade de vida dos pescadores”, na página de Bicanga, e a divulgação de vagas de emprego e alguns informes sobre reuniões comunitárias, em Barra do Riacho. Nestas páginas tampouco se vê interação por meio de comentários ou curtidas.

Por fim, encontramos um tipo distinto de presença digital relacionada às comunidades. Há quatro websites, cada um deles identificado com uma das comunidades do município de Linhares - Regência Augusta, Pontal do Ipiranga, Degredo e Povoação -, todos com a mesma identidade visual e disposição de informações, a saber: campos para notícias, como chegar, mapa da vila, onde ficar, onde comer, fotos, turismo, calendário, cartões postais, eu fui e entidades. Há, nas páginas a indicação de que são uma “iniciativa” do



projeto Ecocidadania, da Agência de Sustentabilidade Comunitária da bacia do Rio Doce (Ascord) e da Petrobras, com apoio da Prefeitura de Linhares, do projeto Tamar, da organização Biorecycle e da agência de turismo Regência Ecotur. O programa Ecocidadania é descrito como um “programa de Educação Ambiental da Petrobras, realizado pela Fundação Pró –Tamar com o objetivo de desenvolver a consciência ecológica”. Não há indicação do responsável pela manutenção das páginas e todas estão na mesma situação: nos campos como “notícias”, as últimas postagens são de 2017 e 2018.

Considerações finais

O levantamento dos veículos de comunicação utilizados indica que os pescadores artesanais se informam pelos meios hegemônicos de comunicação, particularmente influenciados pelos canais líderes de audiência de sinal aberto. Apenas em menor medida recorrem a jornais impressos e o acesso a veículos online não é expressivo. Sua experiência digital é marcada pelas atividades no aplicativo de mensagens WhatsApp e na rede social Facebook. Estão sujeitos, desta forma, à influência de uma lógica predominantemente comercial e capitalista, em que seu modo de vida não possui visibilidade e representatividade.

Por outro lado, as manifestações digitais relacionadas à temática da pesca artesanal das comunidades investigadas indicam uma baixa apropriação dos meios de comunicação digitais para expressão e intercâmbio de conhecimentos e práticas relacionados ao seu modo de vida. Embora algumas dessas manifestações, como blogs e perfis de Facebook, tenham autoria atribuída a colônias e associações de pescadores, as postagens não se mostram frequentes ou atualizadas. Percebe-se, ainda, um tom personalista nessas manifestações, que pode ser constatado pelo baixo número de interações por meio de curtidas e comentários. A pauta da pesca aparece também apropriada por instituições mais amplas, como associações de moradores. Por fim, as páginas produzidas por iniciativa de um projeto de empresa privada indicam um esforço de fora para dentro, não apropriado pela comunidade. Tendo em conta os conceitos de comunicação comunitária e de cibercultura apresentados neste paper, vê-se ainda um longo trajeto para que os meios digitais atuem como elemento integrador, mobilizador e amplificador da visibilidade do grupo. Há ainda, em um processo que se pretenda de letramento digital, que se dar conta do desafio de desenvolvimento de competências técnicas para o aprimoramento da experiência nestes meios; de expressão de uma voz



própria e de utilização das potencialidades de articulação coletiva proporcionadas por eles.

Notas

¹Mestre em Sociologia Política pela Universidade Vila Velha, atuou como Gestora de Conteúdo do Projeto Redes de Cidadania, entre 2018 e 2019.

²Mestre em Sociologia Política pela Universidade Vila Velha, atuou como Produtora Sênior de conteúdo no Projeto Redes de Cidadania, entre 2018 e 2019.

³Graduada em Relações Públicas, atua, desde 2018, como Coordenadora de Campo no projeto Redes de Cidadania.

^{4a} pesquisa TIC Domicílios tem como objetivo principal medir a posse e o uso das TIC entre a população residente no Brasil com 10 anos de idade ou mais, ao todo, são selecionados 2.214 setores censitários em todo o território nacional, com a previsão de coleta de 15 domicílios em cada setor censitário selecionado, o que corresponde a uma amostra de 33.210 domicílios, em todos os 27 estados da federação.

^{5a} pesquisa Digital News Report foi realizada em 2018 em 38 países com alta penetração de internet e tradição democrática, por meio de questionários online e focus groups.

^{6a} pesquisa foi focalizada no buscador Google por ser o mais utilizado no Brasil, com mais de 80% das pesquisas realizadas por seu intermédio.

⁷As comunidades e municípios contemplados no projeto Redes de Cidadania são: no município de Vitória, comunidade de Praia do Suá; no município de Vila Velha, comunidades de Prainha e Itapuã; no município de Serra, comunidades de Bicanga, Jacaraípe, Nova Almeida e Carapebus; no município de Aracruz, comunidades de Barra do Riacho, Barra do Sahy e Santa Cruz; no município de Linhares, comunidades de Barra Seca, Degredo, Pontal do Ipiranga, Povoação e Regência; no município de São Mateus, comunidade de Guriri; e no município de Conceição da Barra, comunidade de mesmo nome.

Referências bibliográficas

Almeida, A. P.; Henriques, M. S. (2019) A apropriação do Facebook por agricultoras que constroem a agroecologia e os feminismos em diferentes contextos socioambientais brasileiros. In: Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR, [editor]. Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros: TIC domicílios 2018 [livro eletrônico]. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2019. <https://bit.ly/326mQx6>



Cogo, D. M. (2004) Mídias, identidades culturais e cidadania: sobre cenários e políticas de visibilidade midiática dos movimentos sociais. In: Peruzzo, C. M. K. (Org.). Vozes cidadãs

- Aspectos teóricos e análises de experiências de comunicação popular e sindical na América Latina, p. 41-56. São Paulo: Angellara.

Diegues, A. C. (1996). Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais. In: Vieira, P. F. & Weber, J. (orgs.) Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento. São Paulo: Cortez Editora.

Diegues, A. C. (2004) A pesca construindo sociedades. São Paulo: Nupaub/USP.

Fuser, B. (2004) Sociedade em rede: perspectivas de poder no espaço virtual. Extraprensa (USP), São Paulo, v. VIII, n.1, p. 38-44, 2004.

Newman, N.; Fletcher, R.; Kalogeropoulos, A.; Nielsen, R. K. (2019). Digital News Report 2019. Reuters Institute for the Study of Journalism, Oxford University, England. Disponível em <http://www.digitalnewsreport.org>, acesso em 30/11/2019.

Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR, [editor] (2019). Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros: TIC domicílios 2018 [livro eletrônico]. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2019. <https://bit.ly/3hdYbLs>

Pereira, B. E.; Diegues, A. C. (2010) Conhecimento de populações tradicionais como possibilidade de conservação da natureza: uma reflexão sobre a perspectiva de etnoconservação. Desenvolvimento e meio ambiente, n.22, p.37-50, jul./dez. 2010.

Peruzzo, C.M.K. (2011) Desafios da Comunicação Popular e Comunitária na Ciberkultur@: Aproximação à proposta de Comunidade Emergente de Conhecimento Local. Ciberlegenda, dezembro de 2011.

Peruzzo, C.M.K. (2012) A comunicação no desenvolvimento comunitário e local, com ciberkultur@. Anais do XXI Encontro Anual da Compós - Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal de Juiz de Fora, 12 a 15 de junho de 2012.

Ramalho, C. (2015) A desnecessidade do trabalho entre pescadores artesanais.

Sociologias, Porto Alegre, v. 17, n. 38, p. 192-220, Apr. 2015.